



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

NATHALIA LANGE HARTWIG

**A IMPRENSA MUSICAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E A SUA
IMPORTÂNCIA COMO FONTE DE PESQUISA**

Brasília - DF

2018

NATHALIA LANGE HARTWIG

**A IMPRENSA MUSICAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E A SUA
IMPORTÂNCIA COMO FONTE DE PESQUISA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Abreu
Gomes

Brasília - DF

2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
METODOLOGIA.....	5
I. MUSICOLOGIA HISTÓRICA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	8
II. IMPRENSA MUSICAL: DEFINIÇÃO E UTILIZAÇÃO.....	13
III. MÁRIO DE ANDRADE: MUSICÓLOGO E VISIONÁRIO	22
IV. A IMPRENSA MUSICAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: ACERVOS E PRESERVAÇÃO	28
CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Os estudos no campo da música são multidisciplinares. Os trabalhos musicológicos exigem do pesquisador conhecimentos que vão muito além daqueles especificamente musicais e na musicologia histórica surge a necessidade de se entender conceitos não apenas históricos, mas patrimoniais.

Partindo da imprensa musical como todo material publicado em jornais e periódicos que aborda questões relacionadas à música, pretende-se demonstrar a sua importância como fonte, muitas vezes única, de referências à identidade, ação e à memória de personagens ou grupos formadores de uma sociedade artística/musical.

Considerando-a enquanto patrimônio cultural, objetiva-se abordar a figura de Mário de Andrade, que vislumbrava o conceito de patrimônio de forma ampla desde os anos 1930 e teve um papel importante enquanto musicólogo e uma atuação significativa na imprensa musical.

Para isso, o presente trabalho se divide em 4 capítulos:

1. Musicologia Histórica e Patrimônio Cultural;
2. Imprensa Musical: definição e utilização;
3. Mário de Andrade: musicólogo e visionário;
4. A Imprensa Musical como patrimônio cultural: acervos e preservação.

O primeiro, apresenta um panorama geral sobre pesquisas histórico-musicológicas e suas aproximações com o conceito de patrimônio cultural, como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; o segundo, aborda a definição de imprensa musical e a importância de jornais e periódicos enquanto fonte de pesquisa; em seguida, o capítulo sobre Mário de Andrade compreende sua atuação enquanto musicólogo e sua relação com a imprensa musical, seu papel no anteprojeto da criação do futuro Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e as características de sua visão sobre o patrimônio cultural; finalmente, o último capítulo apresenta as principais conclusões acerca da relevância da imprensa musical enquanto fonte, ressaltando a importância de sua preservação na qualidade de patrimônio cultural.

Apresentado isso, justifica-se esse trabalho pela ideia de ampliar os conhecimentos de patrimônio cultural em trabalhos musicológicos para que, dessa forma, contribua para a conscientização da sociedade sobre a importância do conhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas vertentes.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, a metodologia se apoiará principalmente na pesquisa bibliográfica. Gil (2014, p. 50) indica que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Complementarmente, Severino (2007, p. 122) define esse tipo de pesquisa como

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. (SEVERINO, 2007, p.122)

Através de uma revisão da bibliografia já publicada, serão utilizados referenciais teóricos reconhecidos para compreender os principais conceitos envolvendo musicologia histórica, imprensa musical e patrimônio cultural. Além disso, propõe-se uma revisão bibliográfica sobre a figura de Mário de Andrade e sua atuação no anteprojeto da criação do SPHAN, seu papel como musicólogo e sua relação com a imprensa musical.

Martins (2017, p.284) comenta sobre a importância da construção de fontes e de suas especificidades para o patrimônio cultural:

Antes, os estudos demandam, na maioria das vezes, a construção de corpus documentais específicos, em geral interdisciplinares, que para além de desvendar a história do acontecido, do construído e do vivido, permite recuperar ruídos e fragmentos da memória, esta em particular vetora das tantas figurações do passado. A aventura da descoberta e seleção de fontes é trabalho investigativo estimulante, enriquecendo a leitura plural do objeto de estudo, em suas tantas dimensões - material e imaterial. (MARTINS, 2017, p. 284)

Em conjunto com a pesquisa bibliográfica tem-se a pesquisa documental, que segundo Sá-silva, Almeida e Guindani (2009, p.5) [...] “é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.” Os autores explicam as principais diferenças entre a pesquisa bibliográfica e documental:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p.5)

A pesquisa documental contribui para a leitura plural do objeto de estudo, pois de acordo com Silva et al. (2009), “a grande vantagem da adoção do método da pesquisa documental consiste no fato de se apropriar, por meio dos documentos, de uma parte da História que não existia nos livros” (SILVA et. al., 2009, p. 4563). É justamente essa parte da história que se revela por meio da imprensa musical para os contextos artísticos e musicais.

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p. 2)

A imprensa de um modo geral contribui significativamente para essa observação da evolução de indivíduos, grupos e suas práticas, que no âmbito dessa pesquisa, estão direcionadas as práticas musicais. Além disso, tais práticas estão diretamente ligadas ao conceito de patrimônio cultural, conforme será abordado no decorrer do trabalho. Ressaltando, portanto, a importância da pesquisa documental como auxiliadora para obtenção de informações de determinado contexto, os autores explicam que:

[...] a pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo. (SILVA et. al., 2009, p. 4557)

Nesse ponto, é importante destacar questões metodológicas para a utilização dos jornais e periódicos enquanto fonte de pesquisa, pois o documento, enquanto produto de uma sociedade, “[...] manifesta o jogo de força dos que detêm o poder. Não são, portanto, produções isentas, ingênuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço.” (SILVA et. al., 2009, p.4556)

As informações musicais contidas nos jornais e periódicos estão incluídas nesse conceito e também são resultados de um jogo de poder e interesses de seu tempo. Pensando nas questões metodológicas para a utilização de documentos, vale destacar que:

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. ” (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p.4)

Considerando e analisando essas variáveis, a imprensa musical é uma fonte inestimável de informações para se acessar fatos, personagens e práticas musicais de determinados locais e períodos. Porém, conforme mencionado, não podemos descartar alguns procedimentos metodológicos para que sejam asseguradas as análises corretas do material e para que não haja desvios na interpretação dos fatos. Autores como Leite (2015), Toni (2013) e Cerqueira et al (2008) abordam esse assunto de forma sistemática, para garantir uma análise correta da utilização de jornais, periódicos e especificamente da imprensa musical como fonte, conforme será apresentado no decorrer do trabalho.

I. MUSICOLOGIA HISTÓRICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

O trabalho de pesquisa musicológica está diretamente ligado ao conceito de patrimônio cultural, conforme será abordado nesse capítulo. Segundo Joseph Kerman (1987, p.1) a palavra musicologia foi “originalmente entendida como incluindo o pensamento, a pesquisa e o conhecimento de todos os aspectos possíveis da música”.

A musicologia surgiu como estudo acadêmico, sendo “percebida como tratando essencialmente do factual, do documental, do verificável” dentro do pensamento positivista de Auguste Comte (KERMAN, 1985, p.2). Para dar conta desse conhecimento, surgiram desdobramentos e novos ramos da musicologia e Paulo Castagna (2008, p.7) aponta que a partir dos anos 1970, se desenvolveu uma musicologia mais interpretativa, “preocupada com a compreensão do significado dos fenômenos e não tanto com a sua organização no espaço e no tempo”. Essas transformações foram influenciadas por mudanças nos estudos acadêmicos em história desse período, principalmente pelo movimento historiográfico conhecido como escola dos *Annales*¹.

Dentre os aspectos da música abordados pela nova musicologia, aponta-se desde a classificação das manifestações musicais sob aspectos sociais, históricos, estéticos, filosóficos, etc., até estudos de acústica, teoria e análise, por exemplo. Chimènes (2007, p. 12) indica que

A música oferece um conjunto de investigações particularmente rico, que não se reduz a um criador e a uma obra. Seus mediadores, que são os instrumentos e intérpretes (profissionais e amadores), seus modos de difusão (edição, concertos, discos, rádio, televisão alternando com a imprensa) merecem ser igualmente pesquisados e questionados. (CHIMÈNES, 2007, p.12)

Partindo dos jornais como fonte de estudo da música, Ulhôa e Costa-Lima (2014, p.5) reforçam a ideia de ampliação das possibilidades de estudo, tirando o foco da música e considerando o seu contexto, comentando que no Brasil “são pelo menos duas frentes que se abrem: (1) o estudo de gêneros musicais de forma diacrônica e (2) o estudo das pessoas que

¹ A escola de *Annales* propunha novos objetos, problemas e abordagens, buscando trazer métodos das Ciências Sociais para os estudos historiográficos. De acordo com Leite (2015, p. 8) “O diálogo com outras disciplinas das ciências humanas e o processo de expansão do campo de pesquisa dos historiadores com as renovações temáticas, trouxeram importantes contribuições metodológicas para a História, além de levar o historiador a repensar as fronteiras e as fontes da disciplina histórica.”

contribuíram para a consolidação de certas práticas, não somente músicos, mas também impressores e escritores teatrais.” (ULHOA e COSTA-LIMA, 2014, p.5)

Nesse exemplo, os autores citam especificamente impressores² e escritores teatrais, mas conforme aponta Chimènes (2007, p.12), outros pontos merecem ser igualmente pesquisados, abrindo uma extensa gama de possibilidades de acessar a história através não apenas da música, mas de seus mediadores e meios de difusão. Virmond, Ribeiro e Tolón (s.d.) destacam que “um dos componentes da musicologia é a ciência da história. De fato, esta relação é tão estreita que uma das especialidades da musicologia denomina-se musicologia histórica”. (VIRMOND, RIBEIRO E TOLÓN, [s.d.], p.2) É justamente nesse ponto que a musicologia histórica e o conceito de patrimônio cultural se aproximam.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Artigo 216 da Constituição de 1988 assim conceitua patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO, ARTIGO 216.)

Considerando a definição estabelecida de patrimônio cultural, é possível estabelecer uma aproximação com os trabalhos musicológicos, uma vez que referências à identidade, à ação e à memória de grupos formadores da sociedade brasileira são focos investigativos da musicologia histórica. Apresentando um diálogo entre música e patrimônio, Cotta e Blanco (2006, p. 26) esclarecem que em se tratando de patrimônio material e imaterial,

² De acordo com José Barreto em seu texto “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)”, o termo *impressores* é uma denominação usual para os donos de tipografias ou para os profissionais responsáveis pela impressão de publicações.

[...] no caso da música, encontramos as duas interfaces: enquanto registrada em documentos, como no caso de manuscritos musicais, a música pode ser considerada como patrimônio material, pois são os documentos bens palpáveis, tangíveis; por outro lado, sabe-se que os documentos são, pois, registros que dão suporte a uma prática cultural que é, esta sim, a sua verdadeira manifestação fenomenológica, que se dá propriamente como música aos sentidos humanos – esta é sua face imaterial. (COTTA e BLANCO, 2006, p. 26)

Enquanto patrimônio material, os documentos se revelam enquanto fonte inestimável de informações. De acordo com Silva et al. (2009, p. 4554), “entende-se por documento todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver.”. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) apontam que uma justificativa para o uso de documentos é que,

[...] ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p. 2)

Assim sendo, reafirma-se a importância dos arquivos, sobretudo os arquivos musicais e de seu conteúdo, composto por documentos, cartas, partituras, fotografias, manuscritos, entre outros. Castagna (2008, p. 23) indica que a pesquisa arquivística “é fundamental quando se pretende conhecer o cotidiano da atividade musical, as relações profissionais entre músicos, empregadores e empresários, as funções das obras musicais e outros aspectos que cada vez são mais explorados em investigações musicológicas.” Além disso, o autor reforça que “mais recentemente, os periódicos e os livros antigos, especialmente os relatos de viagens, também se tornaram objetos desse tipo de abordagem, sempre visando a obtenção de informações sobre a atividade musical.” (CASTAGNA, 2008, p.23)

Castagna (2008, p. 23) comenta que “os arquivos representam o conjunto remanescente dos documentos produzidos a partir da atividade de um determinado profissional ou de algum tipo de administração” e portanto, possuem relação direta com sua geração. Aproximando para o contexto do patrimônio cultural, pode-se considerar que a pesquisa arquivística “[...] é fundamental quando se pretende conhecer o cotidiano da atividade musical, as relações profissionais entre músicos, empregadores e empresários, as funções das obras musicais e outros aspectos que cada vez são mais explorados em investigações musicológicas.” (CASTAGNA, 2008, p. 23) Logo, os jornais e periódicos se

tornam um tipo de arquivo remanescente de determinada sociedade que se torna, muitas vezes, a única fonte de informações para a compreensão de um contexto específico.

Por outro lado, a música também se apresenta enquanto patrimônio imaterial, considerando o seu resultado sonoro, a tradição oral e a prática cultural de modo geral. Destaca-se que o conceito de patrimônio imaterial foi, por muito tempo, negligenciado pelas políticas públicas de preservação de patrimônio cultural no Brasil, tendo como exemplo o Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, pois o conceito de imaterial foi abordado apenas na Constituição Federal de 1988. Cotta e Blanco (2006, p.25) indicam que essa noção tradicional de patrimônio cultural,

[...] relaciona-se ao tão criticado conceito de “patrimônio histórico e artístico nacional”, uma vez que, sob a sua bandeira, desde a década de trinta do século passado até muito recentemente, todas as políticas públicas de preservação de patrimônio cultural no Brasil voltaram-se quase que exclusivamente para os bens culturais tangíveis produzidos no período colonial, tais como o patrimônio arquitetônico e a imaginária religiosa, negligenciando sistematicamente outros tipos de manifestação cultural tais como festas, mentalidades, práticas culturais e até mesmo o próprio patrimônio documental (ainda que documentos possam ser considerados como patrimônio material, uma vez que tratasse de bens tangíveis). (COTTA E BLANCO, 2006, p.25)

Porém, destaca-se que a importância das manifestações culturais não tangíveis, como festas, mentalidades e práticas, além da importância dos documentos já havia sido vislumbrada por Mário de Andrade em 1936, conforme aponta Spina e Serratto (2015, p.105),

Em 1936, sob autoria de Mário de Andrade, surgiu um projeto que se tornou lei em 1937 e que, já naquela época, procurava resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso Patrimônio Cultural chamando-os de “obras de arte” e estando agrupados em: 1 - Arte arqueológica, 2 - Arte ameríndia, 3 - Arte popular, 4 - Arte histórica, 5 - Arte erudita nacional, 6 - Arte erudita estrangeira, 7 - Artes aplicadas nacionais, e, 8 – Artes aplicadas estrangeiras. Porém, o projeto de Mário de Andrade era audacioso demais. Por isso, em 1937, uma lei reorganizou o Ministério da Educação, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dando a perceber que não se havia considerado o texto de Mário de Andrade. (SPINA E SERRATTO, 2015, p.105)

Ressaltando o trabalho de Mário de Andrade ainda no começo do século XX, a musicologia histórica traz consigo essa mesma preocupação de conhecimento e preservação dos nossos bens históricos musicais. Spina e Serratto (2015, p 101) explanam que os bens

históricos “são suportes da memória e instrumentos utilizados para a história reaparecer. Qualquer objeto carrega em si aspectos simbólicos, culturais e memoriais. [...] Memória e história são parceiras na reconstrução do passado.” Desse modo, ressalta-se a importância do reconhecimento, tratamento e preservação desses bens históricos musicais por aqueles que trabalham com eles, ou seja, os musicólogos.

Mário de Andrade foi considerado um ícone da musicologia do Brasil e a sua concepção visionária de patrimônio cultural é evidente. Além disso, a valorização da imprensa musical por ele fica clara na sua atuação, conforme comenta Bollos (2006, p.119) que “foi na mídia impressa que parte de sua produção bibliográfica se deu, onde podemos destacar muitos artigos, crônicas e textos de crítica literária e musical.” (BOLLOS, 2006, p. 119)

Considerando a imprensa musical como um bem histórico e sua relação como patrimônio cultural, apresenta-se a seguir a sua definição, exemplos e a importância de jornais e periódicos enquanto fonte de pesquisa.

II. IMPRENSA MUSICAL: DEFINIÇÃO E UTILIZAÇÃO

De forma ampla, nesse capítulo serão apresentados conceitos fundamentais sobre os tipos de periódicos, sobretudo a imprensa musical; o histórico da sua utilização e reconhecimento enquanto fonte; as características das informações contidas nesse material; as aproximações da imprensa musical com o patrimônio cultural; e, finalmente, a importância atribuída a essa fonte pelo escritor e musicólogo, Mário de Andrade. Além disso, serão abordados pontos importantes sobre o trabalho com arquivos, jornais e periódicos, e a análise desse material segundo critérios metodológicos.

No âmbito dessa pesquisa, podemos definir imprensa musical como todo e qualquer material dedicado à música presente em jornais e periódicos publicados, seja em colunas com conteúdo especificamente artístico ou nos conteúdos presentes nas notícias diárias. Vieira (2013, p. 1-2) apresenta um panorama da imprensa periódica e sua variedade de veículos, reforçando as diversas possibilidades dessa fonte para acesso a informações em pesquisas acadêmicas:

Nestas últimas décadas incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. Nesse momento, a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de veículos, jornais regionais e locais, grandes jornais diários, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor; seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o anúncio comercial – tem sido [...] amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de história. (VIEIRA, 2013, p. 1-2)

Sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa, Vieira (2013, p. 1) relata que,

Particularmente em relação à imprensa podemos constatar que, seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e humanas. Nos diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa. (VIEIRA, 2013, p.1)

A ampliação da utilização da imprensa por diversas áreas, sobretudo nas ciências sociais e humanas, pode ser percebida com o crescente número de trabalhos que a utilizam e também pelas abordagens possíveis. Em um primeiro momento, pensamos na utilização da imprensa enquanto fonte, mas assim como apontou Vieira (2013), ela também passou a ser considerada como objeto de pesquisa em si. Nesse ponto, Leite (2015) menciona:

O controle dos meios de difusão de ideias e de informações se constitui [...] em uma luta de organizações e pessoas nas diferentes esferas sociais, políticas e culturais, correspondendo a interesses e aspirações. Desta forma, os jornais deixam de ser considerados apenas fontes de informações e pesquisas e passam a ser problematizados cada vez mais como objetos de estudo. Esta visão da imprensa como um instrumento participativo no meio ao qual se insere, demonstram um grande campo a ser revisto e explorado pelos historiadores. (LEITE, 2015, p.10)

Ainda nesse aspecto, o texto de Luca (2008) intitulado “História dos, nos e por meio dos periódicos” faz um levantamento da utilização dos periódicos nas duas abordagens mencionadas. De acordo com a autora,

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (LUCA, 2008, p.140)

Ou seja, além das informações contidas na notícia é necessário levar em consideração a página que está sendo publicada, localização, tamanho, atribuição de figuras, posicionamento político, social e cultural do veículo dessa informação, entre outras tantas questões. Ressalta-se que uma das características que o pesquisador deve considerar quando utiliza os jornais como fonte é que, segundo Sousa (2006, p. 709):

O discurso jornalístico é moldado e marcado por decisões de inclusão, exclusão e hierarquização de informações. Há acontecimentos que nunca chegam a ser notícia, problemáticas que nunca surgem nas páginas dos jornais. As próprias notícias publicadas podem dizer muitas coisas, mas ignoram muitas mais. (SOUSA, 2006, p. 709.)

O jornal, portanto, é um tipo de arquivo remanescente de uma sociedade e de um contexto e, por muitas vezes acaba se tornando a única fonte de informações para a compreensão de um determinado assunto. Entretanto, o pesquisador tem que estar ciente de que o discurso jornalístico não representa a totalidade das informações sobre determinado fato. Segundo Marcílio (2013, p. 47) o máximo que a História, e de certa forma o próprio pesquisador, podem ambicionar “[...] é uma série de aproximações sucessivas: a passos lentos, e confrontando as informações de antigos registros, a nossa compreensão sobre os eventos históricos se aperfeiçoa, mas jamais corresponderá rigorosamente a eles.”

Com base nisso, afirma-se que “os jornais carregam em suas páginas indícios de práticas e pensamentos considerados relevantes por um grupo social, em determinado tempo e contexto”, porém é necessário a consciência de que não são quaisquer práticas que ocupam suas páginas, “mas práticas selecionadas para serem registradas e compartilhadas.” (OSCAR E OLIVEIRA, 2013, p.2) Complementando, os mesmos autores apontam que:

Olhar para os modos de produção do jornal é reconhecer a parcialidade e a subjetividade do que é retratado em suas páginas, além da possibilidade de interação que os grupos produtores têm com a sociedade a partir desse instrumento. Entendemos o desafio de pensar a pesquisa dos modos de produção dos jornais, suas relações em dada sociedade, como um dos pontos mais fecundos das fontes que localizamos. (OSCAR E OLIVEIRA, 2013, p.2)

Dessa forma, visualiza-se a imprensa não apenas como um veículo de informações, mas com o potencial de interferir diretamente em questões políticas, “em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade” o que a torna, segundo o autor, uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo. (LEITE, 2015, p.5)

Enquanto objeto de estudo e fonte de pesquisa, os jornais, panfletos e revistas tem subsidiado a historiografia em seus domínios e vertentes interpretativas. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural. (LEITE, 2015, p. 4)

Conforme a citação, a imprensa é estimada como fonte fundamental para se acessar informações sobre contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Porém, nem sempre os jornais e periódicos desfrutaram desse local de prestígio entre as fontes reconhecidas no meio acadêmico. O seu reconhecimento em meio aos historiadores teve início a partir da década de 1970, “período em que emergiram novas tendências historiográficas, revolucionando a historiografia para a incorporação de novos problemas, objetos e abordagens e redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano.” (LEITE, 2015, p.6)

De acordo com Leite (2015), desde o século XIX, momento em que surgiram os jornais impressos até os dias de hoje, o pensamento em torno dessa fonte sofreu diversas transformações, acompanhando as novas tendências historiográficas. Em um primeiro momento, a imprensa era vista com preconceito, reforçado pelo pensamento positivista que considerava apenas o documento como detentor da verdade histórica.

Segundo Le Goff (1990), “o documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica.” (LE GOFF, 1990, p.536) Aqui, a imprensa ainda não detinha o caráter de documento, somente após a implementação de um novo pensamento, com a escola dos *Annales*, é que a revolução documental objetivou “em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. Tomam-se necessários novos arquivos [...]”. (LE GOFF, 1990, p.542)

Sobre essa revolução documental, bem como um histórico da percepção sobre as fontes, tem-se a citação de Luca (2008):

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo

de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2008, p.111-112)

Com o desenvolvimento do pensamento e da percepção sobre esse tipo de fonte, esses registros fragmentados passaram a serem considerados como um “palpável agente histórico, com sua materialidade no papel impresso e efetiva força simbólica das palavras que fazia circular.” De acordo com Morel (2018), “hoje em dia é cada vez mais questionável a visão que enquadra esta imprensa apenas como uma espécie de papel sagrado ou elitista e desvinculado das tramas sociais.” (MOREL, 2018, p.1). A esse respeito, Leite (2015) complementa que:

Por meio dos jornais, é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes. Debates e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais, eventos culturais, podem ser localizados nos diversos espaços que compõem os periódicos. (LEITE, 2015, p.9)

Para Vieira (2013, p. 3), a imprensa “é linguagem característica do social, detém uma historicidade e especificidades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal”, para isso, o pesquisador deve desvendar, “as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. Reforçando essa ideia, Cellard (2008) afirma que o jornal é evidentemente

[...] insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p.295)

Com o advento dos novos documentos e de seus reconhecimentos como fonte de pesquisa, fez-se necessário uma nova visão metodológica para esse material, na qual apresenta especificidades quando se trata de jornais e periódicos. De acordo com Leite (2015):

Reconhecer seus limites, problemas e historicidade, é pensar o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, regulado por leis e regras de conduta, produzido por um grupo de pessoas para um estabelecido público, em uma situação específica, em um determinado lugar e época, separados ou conectados ao movimento geral, o que o faz de cada órgão de imprensa ter características e peculiaridades próprias. (LEITE, 2015, p.13)

Nessa perspectiva apontada, pensando em um viés metodológico, tem-se que “o objeto da história é, sem dúvida nenhuma, a consciência de uma época e de um meio, assim como é necessariamente construção plausível e verossímil de continuidades e de discontinuidades do passado, a partir de exigências científicas.” (FARGE, 2009, p.93). Cerqueira et. al. (2008), direcionando a essas questões científicas afirma que “a investigação histórica que utiliza como fonte os jornais consistem no levantamento e sistematização de notícias e críticas publicadas nos periódicos em circulação na cidade”. (CERQUEIRA et. al., 2008, p. 124)

Para garantir a credibilidade à pesquisa que utiliza o jornal como fonte, torna-se necessário a utilização de metodologias que ofereçam suporte para a análise desse material. As técnicas disponíveis vão desde a seleção e organização das notícias relevantes para a pesquisa por meio da análise documental até um aprofundamento através da análise de conteúdo. O foco desse trabalho não é explicar detalhadamente cada técnica, mas de forma ampla dispõe-se de análise documental e de conteúdo, propostas por Sousa (2006) e Bardin (1977) e, especificamente sobre análise de conteúdo jornalística, consulta-se Herscovitz (2007). Sobre a utilização do jornal considerando aspectos analíticos, Faria (2013, p. 13) pontua que:

O pesquisador que utiliza jornais como fonte, ao concluir o processo de seleção das notas e reportagens no período definido para a investigação, estaria diante de outro desafio. O texto tomado em seu conteúdo original se torna elemento empírico primordial, que legitimaria o trabalho analítico ou interpretativo do pesquisador. A sequência de notícias selecionadas teria valor de elemento de composição analítica, ligando os episódios relevantes para a investigação. (FARIA, 2013, p. 13.)

Os trabalhos musicológicos acompanham essa mudança e a preocupação com uma utilização mais consciente das novas fontes de pesquisa. Segundo Castagna (2008, p. 30), “[...] a nova musicologia, no país, terá que se preocupar com o aspecto crítico e reflexivo, mas também deverá investir um grande esforço na sistematização das fontes, e desta vez com maior rapidez e consciência metodológica.” Destaca-se a importância da disseminação dessa

discussão em meio a trabalhos acadêmicos, para que, cada vez mais, a consciência e pensamento crítico sejam tidos como referência na descoberta de novas fontes e na elaboração de novas pesquisas. Sobre essas discussões teóricas-metodológicas, Leite (2015) indica que:

Tais discussões teóricas-metodológicas tem como objetivo aproximar, aprofundar e extrair o máximo do conhecimento do historiador em relação a sua fonte, possibilitando uma interpretação mais segura e embasada a partir da própria publicação. O “domínio” da fonte permite ao pesquisador elaborar suas pesquisas e estudos de uma forma mais densa, contribuindo para um melhor diálogo entre fonte, objeto de pesquisa, referências e contexto histórico. (LEITE, 2015, p.15)

Considerando todas as informações apresentadas, fica evidente a importância dos jornais e periódicos para esse diálogo entre as fontes e o contexto histórico. Em função disso, a imprensa acaba assumindo um importante papel em pesquisas envolvendo patrimônio, podendo ser considerada ela mesmo como patrimônio cultural, devido a possibilidade de acesso a informações por ela propiciada. Nesse sentido, Martins (2017) em seu texto intitulado “Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente”, apresenta diversas possibilidades de fontes que contribuem diretamente para a construção do nosso patrimônio cultural. Especificamente sobre imprensa periódica e patrimônio cultural, o autor comenta que:

A fonte imprensa periódica, composta de almanaques, anuários, jornais e revistas de época constituiu-se em fonte impressa fundamental para pesquisa histórica do patrimônio, resultando, inclusive, em fonte e objeto de estudos patrimoniais. Sua importância para recuperação de imagens do passado, cotidianos e mentalidades revelou-se de tal ordem que ela própria se torna patrimônio cultural a ser preservado, objeto de estudo específico. (MARTINS, 2017, p. 296)

No âmbito musical, a imprensa periódica era fonte importante para se obter informações sobre as novidades. Toni (2013, p. 227) comenta que no início do século XX, o acompanhamento das discussões no campo da música ocorria “nos salões de arte ou nas rodas de amigos, onde os recém-chegados das viagens ao exterior mostravam as novidades, mas se dava também através das revistas.” (TONI, 2013, p.227) Sobre as revistas, Martins (2017, p.296-297) explica:

A ampliação dos estudos levou ao escrutínio de coleções de jornais e revistas, sobretudo pelo seu potencial de representações de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país. Do tipo de papel, tamanho, periodicidade aos proprietários e colaboradores, as revistas em especial, desde que metodologicamente trabalhadas, permitiram recuperar dimensões insuspeitas da história. [...] Não obstante fonte capciosa, exigindo o exercício exaustivo da crítica interna e externa deste documento, as revistas, em particular, vêm propiciando estudos pontuais de patrimônio, iluminados pelo aporte multidimensional do tempo pretérito, onde letra e imagem interagem, produzindo novas e surpreendentes leituras. (MARTINS, 2017, p.296-298)

Especificamente sobre as revistas, tem-se o trabalho de Ana Luiza Martins (2001) intitulado “Revistas em revista: 1880-1940”, no qual a autora conceitua esse gênero de impresso, explana sobre condições de produção e processos de difusão. As revistas tiveram um papel importante na difusão de ideias e pensamentos, sobretudo no âmbito musical, pois se tornaram um veículo fundamental de informações. Em se tratando do começo do século XX, Toni (2013, p.227) apresenta:

Logo, os periódicos de música para aqueles que desejavam acompanhar as novas tendências estéticas eram imprescindíveis porque ampliavam artificialmente os espaços sonoros. Tais revistas traziam partituras ou trechos de obras orquestrais, apresentavam artigos de aprofundamento sobre certas questões e, não menos importante, mostravam o que as salas de ópera e música instrumental ofereciam como repertório ao público. (TONI, 2013, p.227)

Considerando a imprensa musical, tem-se ainda um tipo de texto específico que nos informa sobre aspectos exclusivamente musicais, diferentemente daqueles publicados como notícias diárias dos periódicos. A crítica musical é um texto analítico de aspectos de uma obra, com interpretações técnicas com o objetivo de informar e enriquecer a cultura musical do leitor. Tal gênero textual desempenhou um papel importante durante o século XIX e início do século XX, mas foi diminuindo gradativamente neste último. Segundo Bollos (2006, p. 121) “a grande questão analisada [...] é a insuficiência da crítica cultural atual na análise de música, sendo esta relegada, ou melhor, esquecida do seu papel primordial, que é a compreensão da obra.” A mesma autora apresenta outras considerações relevantes sobre a crítica musical:

Não nos esqueçamos de que a crítica é um ramo jornalístico, ela tem outros compromissos próprios dos veículos de informação. Mas a enorme contribuição que a crítica também pode nos oferecer é que ela nos propicia conhecer a visão da época

no momento do seu acontecimento. Porque, na verdade, enxergar hoje o que aconteceu há décadas é, de certo modo, fácil. Constatar uma novidade, discernir o surgimento de um artista genial, de um fenômeno cultural, é muito mais complicado, porque, como representante de seu tempo, o crítico, naquele momento, talvez não tivesse condições de “enxergar” novidades que viessem quebrar convenções e princípios próprios do academicismo da época. (BOLLOS, 2006, p. 129)

Durante o início do século XX, tivemos inúmeros críticos musicais no Brasil, porém, no âmbito dessa pesquisa, o enfoque está no trabalho de Mário de Andrade, pela sua relevância como musicólogos e pela sua concepção visionária de patrimônio cultural desde os anos 1930. De forma geral, Bollos (2006, p. 119) apresenta a atuação de Mário de Andrade e sua contribuição para o contexto cultural brasileiro nesse período:

Podemos considerar que Mário de Andrade (1897-1945) foi o primeiro grande crítico de música brasileiro, além de escritor, poeta, crítico literário e um dos principais expoentes do modernismo brasileiro. No campo da música, além de pianista e professor, foi o primeiro grande pesquisador de música deste país, sobretudo clássica e folclórica, tendo escrito diversos livros acerca de suas pesquisas e viagens que fez pelo Brasil, entre eles *As Melodias de Boi e Outras Peças*, *Ensaio Sobre a Música Brasileira*, *A Música e a Canção Populares no Brasil*, *Modinhas Imperiais* e *Música de Feitiçaria no Brasil*, além de diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo entre 1936 e 38. Entretanto, foi na mídia impressa que parte de sua produção bibliográfica se deu, onde podemos destacar muitos artigos, crônicas e textos de crítica literária e musical. (BOLLOS, 2006, p. 119)

Além do seu trabalho como crítico musical, Mário de Andrade considerava a mídia periódica impressa como fonte essencial para sua formação cultural e a reconhecia como patrimônio cultural brasileiro. O seu apresso por esse material é evidente pois, de acordo com o prefácio do livro “*Música e Jornalismo*” – um compilado de publicações de Mário de Andrade para o jornal *Diário de São Paulo* – o autor Paulo Castagna (1993, p. XVIII) comenta que “Mário de Andrade sempre teve o cuidado de recortar os artigos que lhe interessavam - seus e de outros autores - guardando-os em seu arquivo”. É importante destacar que esse arquivo integra, desde 1968, juntamente com biblioteca e coleção de arte de Mário de Andrade, o patrimônio do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, arquivo esse que se tornou fonte inestimável de acesso ao nosso patrimônio cultural.

III. MÁRIO DE ANDRADE: MUSICÓLOGO E VISIONÁRIO

Mário Raul Morais de Andrade, mais conhecido como Mário de Andrade, nasceu em 1897 em São Paulo e faleceu em 1945, na mesma cidade. Conforme visto anteriormente, foi considerado um dos maiores nomes da crítica musical e literária brasileira, escritor, poeta, pianista, professor e um dos principais expoentes do modernismo brasileiro. De acordo com Bollos (2006, p.121), foi “considerado por muitos como o “Pai da Cultura Brasileira”, ou a figura mais representativa da cultura brasileira da primeira metade do século XX, foi o artista que mais se destacou do grupo modernista que surgiu da Semana de Arte Moderna de 1922.” (BOLLOS, 2006, p. 121)

Foram inúmeras as contribuições de Mário de Andrade enquanto musicólogo, apontando como exemplo seu trabalho em coletar sistematicamente documentação musical folclórica através de viagens de caráter etnográfico. A partir da ideia de nacionalização da música erudita no Brasil resultante das discussões da Semana de Arte Moderna, Mário de Andrade demonstra a preocupação com a necessidade de se recolher documentação folclórica com critérios e cuidados científicos, levando-o a realizar viagens para recolher documentos musicais de tradição e cultura popular brasileira. Essas viagens, realizadas apenas por Mário de Andrade e também em grupos maiores de pesquisadores, ficaram conhecidas como Viagem da Descoberta do Brasil, Viagens d’O Turista Aprendiz e Missão de Pesquisas Folclóricas, esta última sem a participação de Mário de Andrade, que atuou como orientador e idealizador. (CARLINI, 1995)

O pesquisador Carlos Sandroni (1999) em artigo publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional intitulado “Notas sobre Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938” nos apresenta a dimensão e importância da pesquisa indicando alguns resultados por obtidos:

O acervo reunido pela Missão compreende cerca de trinta horas de gravação, doze filmes cinematográficos silenciosos em preto e branco, oitocentos objetos entre instrumentos musicais e objetos rituais e esculturas, mil e duzentas fotografias e cerca de três mil páginas manuscritas em notas de campo. Esse acervo foi organizado por Oneida Alvarenga, chefe da Discoteca Pública Municipal. (SANDRONI, 1999, p. 62)

Segundo Carlini (1995, p. 22) “a divulgação do acervo registrado pela expedição, sob responsabilidade da Discoteca, contribuiria para suprir a carência de documentos musicais destinados aos estudos etnográficos e ao aproveitamento artístico de melodias folclóricas pelos compositores eruditos.” Pode-se dizer que as viagens propostas por Mário de Andrade, levando em consideração seus objetivos científicos, atribuem-lhe o pioneirismo da etnomusicologia no Brasil.

A contribuição de Mário de Andrade enquanto musicólogo pode ser verificada também na área dos periódicos e da imprensa musical. A musicóloga Flávia Toni (2013) em seu trabalho intitulado “Revistas musicais estrangeiras e compositores modernos na Biblioteca de Mário de Andrade” reforça a importância atribuída por ele a essas fontes, buscando demonstrar em sua pesquisa que “as revistas musicais estrangeiras colecionadas por Mário de Andrade serviram para ampliar os espaços restritos da escuta e constituíram modelos importantes para o crítico de música e ensaísta.” (TONI, 2013, p.227) Ainda, a mesma autora nos indica que:

Mário de Andrade atuou no periodismo escrevendo sobre música, literatura, cinema, artes plásticas, teatro, artes decorativas, onde conjugava o rigor crítico aos seus exercícios profissionais como professor de música, poeta, ficcionista, cronista, musicólogo, colecionador de arte e de livros raros e fotógrafo. (TONI, 2013, p. 228)

De fato, a maior parte de sua produção bibliográfica pode ser encontrada na mídia impressa, através de artigos, crônicas e textos críticos. Inclusive, tal produção intelectual pode ser consultada no acervo Mário de Andrade, no Instituto de Estudos Brasileiros, na Universidade de São Paulo ou através de trabalhos que apresentam uma compilação de suas produções, como as inúmeras edições organizadas pelo pesquisador Telê Porto Ancona Lopez. Sobre o trabalho de Mário de Andrade para a imprensa, tem-se que:

Contabilizados jornais e revistas, Mário de Andrade escreveu para 93 deles, do Brasil e do exterior, para alguns apenas um ou dois artigos, e centenas para outros. O período de 1915 a 1930 pode exemplificar a intensidade do trabalho ao se verificar que, dos 736 artigos para jornais e revistas, aproximadamente 45% versavam sobre música no formato de críticas ou ensaios. (TONI, 2013, p.228-229)

Suas contribuições no campo da música e da literatura, comprovam que Mário de Andrade foi um dos “principais, senão o mais importante, articulador da cultura brasileira na primeira metade do século XX”. (BOLLOS, 2006, p.127) Ainda de acordo com a autora,

O tema da identidade nacional está por trás, sem dúvida, de todo o processo criativo (como crítico) do grande intelectual, que visava para o Brasil um processo de aculturação, uma espécie de entrada do país de nações cultas, que ele tanto almejava, por meio de uma superação do passado repleto de influências européias. (BOLLOS, 2006, p. 120)

Nesse sentido, o trabalho voltado à identidade nacional fica evidente no panorama da atuação de Mário de Andrade apresentado por Carlini (1995, p. 16):

Este período também marcou uma intensa atividade de Mário de Andrade editando diversas obras no campo musical: Em 1929, publicou a coletânea Modinhas Imperiais; em 1931, elaborou juntamente com o compositor Luciano Gallet e Antônio de Sá Pereira a proposta de reestruturação de Instituto Nacional de Música no Rio de Janeiro; em 1932, publicou a segunda edição do Compêndio de História da Música; em 1934, editou uma série de artigos redigidos para a imprensa, reunidos sob o título Música, doce Música; em 1935, já próximo de assumir a direção do Departamento de Cultura de São Paulo, um estudo sobre reis de Congo foi publicado no Boletim Latino Americano de Música, coordenado pelo musicólogo alemão Curt Lange, então residente no Uruguai. (CARLINI, 1995, p.16)

Na sequência, no ano de 1936, Mário de Andrade é convidado por Gustavo Capanema e Rodrigo Mello Franco de Andrade para redigir o anteprojeto do futuro Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. O texto do anteprojeto se tornou fonte de referência para a presente pesquisa por ser um veículo direto para a compreensão do pensamento de Mário de Andrade sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural, em conjunto com as diretrizes de seu trabalho musicológico. Cerávolo (2013, p. 103) afirma que:

A importância do projeto elaborado por Mário de Andrade é tema de vários trabalhos. E, como é natural, sofre distintas interpretações. Algumas leituras consideram o projeto como parte da proto-história do SPHAN; outros supervalorizam seu texto ofuscando parcialmente a elaboração do Decreto-Lei 25/1937, atribuída a Rodrigo Melo Franco de Andrade. (CERÁVOLO, 2013, p.103)

Pensando nisso, apresenta-se um breve histórico da criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), dando ênfase no papel e contribuição de Mário de Andrade, fazendo um paralelo entre a forma como ele conceituava o patrimônio e como foi oficializado, posteriormente, no Decreto de 1937. De acordo com Dultra e Vieira (2014),

Em 1936, o recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Gustavo Capanema, solicita a Mário de Andrade, por indicação de Carlos Drummond de Andrade, um anteprojeto de lei que regulamentasse o preceito constitucional, voltado para a organização de um serviço de proteção ao patrimônio artístico nacional. O projeto propunha a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN, com o objetivo de “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”. (DULTRA E VIEIRA, 2014, p.3)

O projeto proposto por Mário de Andrade em seu anteprojeto era extenso e voltado para a preservação da totalidade dos nossos bens culturais, abrangendo hábitos, credences, cantos, lendas e superstições populares. Os mesmos autores indicam que:

Seu projeto buscava o equilíbrio entre o popular e o erudito, além de dar uma ênfase muito grande aos aspectos imateriais da cultura, ou seja, aquilo que não é necessariamente um bem tangível. Embalado pelo movimento folclorista do qual era defensor, sua proposta incluía registros de músicas, usos e costumes, assim como o “saber” e o “saber fazer”. Propostas essas que evidenciam a clarividência de Mário de Andrade. (DULTRA E VIEIRA, 2014, p.3)

As ideias apresentadas focavam no o equilíbrio entre o popular e erudito e na ênfase dos aspectos imateriais da cultura, ou seja, aquilo que não é um bem móvel ou imóvel. Nesse sentido, Toni (1985) comenta que “ele propõe que as músicas que nosso povo cantava e dançava fossem elevadas à categoria de um bem da cultura imaterial, uma vez que planejava, além da gravação e da filmagem, o registro em livros de tombo.” (TONI, 1985, p. 27) Tendo como base seu trabalho desenvolvido na criação e à frente da direção do Departamento de Cultura de São Paulo, Mário de Andrade faz a seguinte proposta à Gustavo Capanema:

“[...] A parte que inicialmente tem de ser adquirida e é de necessidade imediata, é o aparelhamento de filmes sonoros, fonografia e fotografia. Mesmo o aparelhamento fotográfico pode ser deixado para mais tarde, embora isto não seja aconselhável. A fonografia como a filmagem sonora fazem parte absoluta do tombamento, pois que são elementos recolhedores. Da mesma forma com que a inscrição num dos livros de tombamento de tal escultura, de tal quadro histórico, dum Debret como dum

sambaqui, impede a destruição ou dispersão deles, a fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou o filme sonoro gravando tal versão baiana do Bumba-meu-boi, impedem a perda destas criações, que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez”. (TONI, 1985, p. 27-28)

A partir dessa citação tem-se uma dimensão do pensamento de Mário de Andrade acerca do nosso patrimônio e da importância de sua preservação. São essas características “que fazem com que seu anteprojeto seja adotado apenas parcialmente, não encontrando sintonia na letra do decreto-lei nº25 e sua posterior regulamentação.” (DULTRA E VIEIRA, 2014, p.21) Apresentando um breve histórico da criação do SPHAN, Pinheiro (2006) apresenta que:

A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 - documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade - no qual, entretanto, costuma-se apontar a influência do citado anteprojeto de Mário de Andrade. Entretanto, trata-se de documentos com ênfases diversas: no de Mário, verifica-se uma preocupação em conceituar o que é patrimônio, inclusive estendendo esta conceituação a expressões da cultura popular; o Decreto-lei 25, por sua vez, privilegia as implicações jurídicas e os efeitos legais do tombamento, principalmente a famosa questão do “direito de propriedade”. (PINHEIRO, 2006, p.8)

Para os autores Dultra e Vieira (2014), o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, responsável por tombamentos, preservações, pesquisas e edições, “surgiu a partir de um projeto idealista de Mário de Andrade, ainda hoje quase desconhecido em seus pormenores e, talvez, revolucionário demais para ser posto totalmente em prática na ocasião ou atualmente.” (DULTRA E VIEIRA, 2014, p.19)

Fazendo um paralelo entre os conceitos de Patrimônio Artístico Nacional proposto no Capítulo II do Anteprojeto do SPHAN e o conceito do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, o primeiro descreve que “Entende-se por patrimônio artístico nacional, todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares, estrangeiros, residentes no Brasil” (cap. II – Anteprojeto do SPHAN); já o segundo, do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, diz que o Patrimônio Artístico Nacional é “O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou arquivístico.” (Art. 1º Decreto-lei, nº 25)

Percebe-se que, de fato, as ideias de Mário de Andrade não foram aceitas em sua totalidade. O Decreto-Lei nº 25 restringiu sua atuação, voltando-se para os bens culturais tangíveis e patrimônio arquitetônico, negligenciando o patrimônio imaterial, amplamente considerado no anteprojeto de Mário de Andrade. Sobre a ampliação do conceito de patrimônio, Martins (2017) aponta os nossos documentos oficiais relacionados ao assunto, indicando que “Um primeiro, o já mencionado Decreto-Lei 25, de 1937, que instituiu SPHAN e um segundo, não tão recente, inscrito na Constituição de 1988, que ampliou o conceito restrito de patrimônio histórico e artístico para aquele de patrimônio cultural”. (MARTINS, 2017, p. 284-285)

O conceito de imaterial e o reconhecimento da importância das manifestações culturais não tangíveis, como festas, mentalidades e práticas, além da importância dos documentos foi abordado apenas na Constituição Federal de 1988. Cunha (2015, p. 6) explica que foi nos anos 2000 que a Constituição recebeu uma nova configuração incluindo a noção de natureza imaterial, “referindo-se à diversidade nos modos de fazer, nos saberes, lendas, expressões, celebrações. Tal ampliação busca dar um espaço, outrora negado, às práticas culturais populares, revelando a riqueza da sociedade brasileira.” (CUNHA, 2015, p. 6) Segundo o IPHAN, na redefinição proposta pela Constituição são considerados como patrimônio cultural:

as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO, ARTIGO 216.)

Nesse sentido, nota-se que as ideias de Mário de Andrade, propostas em 1936, precisaram de mais de 50 anos para serem consideradas e implementadas, no caminho de ampliar o conceito de patrimônio cultural, abrangendo a sua totalidade de manifestações e promovendo uma maior conscientização para a sua preservação. Dultra e Vieira (2014, p.3) comentam que Mário de Andrade entendia que “arte é uma palavra geral, que nesse seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências das coisas” (DULTRA E VIEIRA, 2014, p.3) Dessa forma, o pensamento visionário de Mário de Andrade fica ainda mais claro quando analisamos a sua trajetória enquanto musicólogo e escritor e também através da sua relevância artística e cultural, sempre em benefício da cultura brasileira no começo do século XX.

IV. A IMPRENSA MUSICAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: ACERVOS E PRESERVAÇÃO

Desde os anos 1930, pode-se acompanhar os avanços no âmbito do patrimônio cultural, inicialmente com o anteprojeto idealizado por Mário de Andrade, seguido pelo Decreto-Lei nº 25, que mesmo não tendo considerado a totalidade das ideias do anteprojeto representou um movimento no sentido de proteção aos nossos bens culturais e, posteriormente, com a Constituição de 1988 que ampliou a noção tradicional de patrimônio cultural.

Partindo disso, Cotta e Blanco (2006) destacam que juntamente à essa noção tradicional somou-se “[...] o conceito inovador de patrimônio cultural imaterial, que trouxe a possibilidade de tornar bens culturais intangíveis, tais como a culinária, danças, festas populares, diferentes práticas culturais, inclusive, é claro, práticas musicais.” (COTTA E BLANCO, 2006, p.26) Vale ressaltar que, no caso da música, ela assume o papel de patrimônio material, através de seu registro em documentos e também de patrimônio imaterial, considerando o caráter prático das suas manifestações.

Com essa ampliação do conceito de patrimônio cultural, abriram-se diversas possibilidades para novas fontes já que, para Cunha (2015) “O patrimônio configurado como algo que carregue partes da memória, ajuda a suscitar identidades (ou fortalecê-las) e depende também do valor que lhe é conferido.” (CUNHA, 2015, p.9) Nesse sentido, Martins (2017, p. 305) aponta que:

[...] a diversificação de fontes para a História do Patrimônio Cultural é uma construção permanente, que se renova a cada temática, objeto, patrimônio material ou imaterial a ser desvendado, procurando novas estratégias para enriquecimento da leitura e apreensão do documento, num exercício constante de descoberta das representações dinâmicas da história. (MARTINS, 2017, p.305)

Nessa perspectiva de diversificação de fontes, destaca-se a imprensa musical. Conforme visto no decorrer desse trabalho, a fonte impressa periódica foi ganhando espaço e reconhecimento, passando de uma condição secundária à uma fonte histórica, muitas vezes única, de acontecimentos históricos. Morel (2018) coloca que:

A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também como agente histórico que intervém nos processos e episódios, não “reflexo”. Força ativa, não mero registro de acontecimentos. (MOREL, 2018, p.2)

A importância da imprensa, sobretudo para o contexto artístico musical, é corroborada com a valorização atribuída a essa fonte por Mário de Andrade durante toda a sua carreira. Além de utilizá-la para disseminar suas ideias através de críticas e crônicas, Mário utilizava esse veículo para obter informações de outras sociedades, como comprova a presença de revistas e periódicos estrangeiros em sua coleção particular. Leite (2015) explana sobre essa evolução da imprensa e reforça a importância dos avanços metodológicos para utilização dessa fonte:

De fontes suspeitas e repositórios da verdade, a imprensa gradativamente passou a ocupar atualmente um papel central na historiografia contemporânea, sendo reconhecida como uma fonte importante para o conhecimento das sociedades do passado e como uma força ativa dentro dos processos e conjunturas ao qual esteve inserida. Os avanços no campo teórico trouxeram contribuições para o campo metodológico, permitindo explorar ao máximo as fontes da imprensa periódica. (LEITE, 2015, p.16)

A partir do momento que atribuímos valor patrimonial a determinado documento, valores referentes a memória e identidade são suscitados e fortalecidos. Cunha (2015) aponta sobre a utilização desses novos documentos e de sua contribuição para pesquisas envolvendo patrimônio: “A memória, elemento tão buscado pelos estudiosos do patrimônio em suas diversas materializações pode auxiliar no enriquecimento de pesquisas que revelam diferentes expressões de culturas, vozes silenciadas” e conclui que “Novos olhares podem ser perpetrados a partir de estudos realizados com esses documentos.” (CUNHA, 2015, p.7)

Ainda que reconhecido o valor desses documentos para pesquisas musicológicas e patrimoniais, Cotta e Blanco (2006) comentam que “os acervos musicais estiveram, até muito recentemente, em uma espécie de limbo, não sendo considerados, do ponto de vista das políticas públicas, nem patrimônio documental, nem patrimônio cultural.” (COTTA E BLANCO, 2006, p.26) Porém, nota-se uma mudança gradativa nesse pensamento, que inclui uma preocupação com o reconhecimento, preservação e, principalmente, disponibilização desse material para pesquisas. Leite (2015) comenta sobre essa mudança:

A expansão das pesquisas nos últimos anos por meio da imprensa tem como um dos fatores principais, a formação, constituição, restauração e preservação de coleções de periódicos de vários tipos e épocas em bibliotecas, museus, centros de documentação e órgãos de imprensa. (LEITE, 2015, p.4)

Conforme comentado anteriormente, o papel dos acervos e dos arquivos são essenciais para as pesquisas visto que permitem um acesso a materiais como, por exemplo, documentos, cartas, partituras, fotografias e manuscritos que nos permitem acessar um contexto específico. Nesse ponto, os jornais e periódicos se tornam um tipo de arquivo remanescente de determinada sociedade e, muitas vezes, a única fonte de informações para a compreensão desse contexto. Para Cunha (2015, p. 7) “Os documentos encontram-se ligados ao princípio de patrimônio arquivístico, que por sua vez pode ou não estar ligado à noção de patrimônio histórico, uma vez que resguardado em uma instituição lhe é atribuído um valor histórico tornando-se então, passível de proteção.” (CUNHA, 2015, p.7)

Cotta (2011) apresenta uma aproximação de reflexões acerca do conceito de patrimônio arquivístico relacionado ao campo musical comentando:

Venho insistindo em diferentes trabalhos e instâncias sobre a necessidade da aplicação destes conceitos arquivísticos no campo da música, pois tenho a convicção de que sua observância pode significar a preservação de informações importantes do ponto de vista musicológico, humano, sócio cultural, ao passo que a sua desconsideração – especialmente a prática do colecionismo – leva, certamente, à perda de informação, em geral, de forma irreversível. A perda de informação, fique claro, significa também obstáculo à acessibilidade das fontes, na medida em que dificulta sua descrição técnica. Neste aspecto também as tecnologias digitais podem ajudar, uma vez que a reprodutibilidade e a qualidade dos formatos digitais desfavorecem a prática colecionista. (COTTA, 2011, p.479)

A questão do colecionismo merece atenção, uma vez que sua prática ainda que no intuito de preservar, acaba limitando o acesso aos documentos e, a longo prazo, a sua deterioração se torna inevitável. Cotta e Blanco (2006) apontam que “a falta de políticas públicas voltadas para a preservação de acervos musicais é frequentemente apontada como umas das principais razões que levaram ao colecionismo, muitas vezes alegada como justificativa para ele.” (COTTA E BLANCO, 2006, p.26)

Conforme apresentado, as tecnologias digitais tiveram um avanço nesses últimos anos e muito contribuem para a preservação e o acesso a esses acervos. Nesse ponto, a preservação digital presta um serviço inestimável aos pesquisadores sob forma de banco de dados. Um

exemplo de grande valor é a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, que possibilita o acesso à imprensa musical desde o século XIX, servindo a diversos perfis de pesquisadores na área da musicologia histórica, social e estética, entre outras modalidades. Acessível através do endereço eletrônico *memoria.bn.br*, essa Hemeroteca proporciona aos pesquisadores ampla consulta ao seu acervo de periódicos que inclui jornais, revistas, anuários, boletins e publicações seriadas. Ulhôa e Costa-Lima (2014) reforçam a importância desse acervo:

Com o lançamento da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) pela Fundação Biblioteca Nacional (BN), em julho de 2012, fica disponibilizada uma fonte de pesquisa inestimável para o estudo da música de entretenimento do passado. Para compor o acervo de cerca de 2,000 títulos da HDB foram digitalizados todos os jornais impressos do século XIX existentes na BN, bem como todos os periódicos do século XX já extintos (como, por exemplo, o *Correio da Manhã*) ou que não circulam mais de forma impressa (como o *Jornal do Brasil*). A consulta pode ser feita por título, período, edição, local de publicação e palavra(s)-chave. A vantagem da pesquisa é a possibilidade de coleta quase que exaustiva— exceto quando o programa de Reconhecimento Ótico de Caracteres (Optical Character Recognition/OCR) não identifica os termos, seja devido à ortografia diferenciada (walsa em vez de valsa, por exemplo), seja pelo estágio deteriorado do original. Apesar deste pequeno senão, há que se realçar o cuidado que a BN teve ao digitalizar seu material com uma tecnologia que permite a busca textual, diferentemente de outros arquivos e repositórios que disponibilizam seus acervos digitalizados apenas como imagem, obrigando o pesquisador a ler todo o material. (ULHÔA E COSTA-LIMA NETO, 2014, p.1)

Os dados acessados através dessa plataforma revelam contextos artístico-culturais específicos, associando inteligência e tecnologia através da digitalização e preservação dos seus materiais. O recurso do OCR (Reconhecimento Ótico de Caracteres) proporciona aos pesquisadores maior alcance na pesquisa textual nos periódicos, selecionando-se a busca por termos específicos, possibilitando assim uma pesquisa objetiva e claramente direcionada. Porém, sublinha-se que a simples digitalização de documentos, seja com scanner ou câmeras digitais já representa um avanço em direção a preservação dos documentos físicos; é necessário, porém, associarmos a informação à tecnologia para que as informações presentes nesses arquivos digitalizados sejam devidamente abrigados por sites especializados, facilitando o trabalho e o acesso de pesquisadores. Dessa forma, Leite (2015) comenta que:

Devidamente organizados e catalogados, estas instituições têm facilitado o acesso a estas fontes por estudantes e pesquisadores, por meio físico e digital. Neste sentido, os estudos relativos à imprensa têm se disseminado cada vez mais na produção do

conhecimento, podendo ser constatados seus usos em inúmeras obras, projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. (LEITE, 2015, p.5)

De fato, os estudos que utilizam a imprensa como fonte tem aumentado significativamente no meio acadêmico e o acesso a essas fontes se torna possível através dos acervos que abrigam esse material. Cotta (2011) e Martins (2017) apresentam um levantamento de alguns desses acervos e, partindo disso, cita-se como exemplo acervos musicais brasileiros que vem desenvolvendo importantes trabalhos no sentido de preservar e disponibilizar o seu conteúdo aos pesquisadores.

1. Acervo do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro: trata-se de documentos remanescentes do que foi um dia o arquivo de música da Real e Imperial Sé Catedral do Rio de Janeiro, do tempo de D. João VI e de José Maurício Nunes Garcia, compositor brasileiro de quem restam ali conservadas algumas importantes partituras e partes, inclusive autografadas. Seu acervo encontra-se disponível em: <http://www.acmerj.com.br>
2. Museu da Música de Mariana: abriga documentos ligados à prática musical desde os primórdios da história da região e destaca-se no cenário da cultura brasileira como uma das principais instituições devotadas à memória da música brasileira. Seu acervo encontra-se disponível em: <http://www.mmmariana.com.br/>
3. Setor de Musicologia do Museu da Inconfidência de Ouro Preto: abriga a coleção de manuscritos musicais do musicólogo teuto-uruguaio Francisco Curt Lange. É possível consultar uma descrição técnica detalhada sobre as coleções no site: <http://www.museudainconfidencia.gov.br>
4. Acervo Curt Lange – ACL-UFG: historicamente relacionado ao anterior, este trata-se do arquivo pessoal do musicólogo Francisco Curt Lange. É possível acessar alguns documentos já digitalizados através da página: <http://www.curtlange.bu.ufmg.br/>

5. Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): abriga obras raras do século XVI ao XVIII, manuscritos autógrafos de alguns dos principais compositores brasileiros, documentos históricos, periódicos e iconografia. Acessível através do site: <http://www.docpro.com.br/escolademusica/bibliotecadigital.html>
6. DIMAS-BN - Divisão de Música e Acervo Sonoro da Biblioteca Nacional: constitui-se maior acervo público de fontes para a pesquisa musicológica no Brasil. Seu acervo, assim como de todas as coleções da Biblioteca Nacional, pode ser consultado através do Acervo Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>
7. Acervo de periódicos da Fundação Casa Rui Barbosa: se destaca como uma das mais representativas coletâneas do gênero. Todos os acervos da Fundação podem ser acessados através do site da instituição: <http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>
8. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB: é formado por 91 fundos e coleções, além de vasta documentação resultante de pesquisa e documentação avulsa e geral. O acervo pessoal de Mário de Andrade encontra-se disponível no IEB, ver <http://www.ieb.usp.br/mario-de-andrade/>. O conteúdo completo do acervo pode ser acessado através do Guia do IEB, disponível em: <http://www.ieb.usp.br/guia-ieb-2/>
9. Instituto Piano Brasileiro - IPB: fundado em 2015, tem o objetivo de atuar no resgate e divulgação das ricas tradições pianísticas brasileiras. Seu acervo disponibiliza de forma online fontes primárias que podem ser acessadas através do site: <http://institutopianobrasileiro.com.br/>
10. Acervo MIS – Museu da Imagem e do Som: o acervo conta com fotografias, filmes, vídeos, cartazes, peças gráficas, equipamentos de imagem e som e registros sonoros, além dos livros, catálogos, periódicos, CDs e DVDs do acervo bibliográfico e dos diversos documentos do acervo arquivístico. Pode ser consultado através dos sites, separados por estado: São Paulo: <https://www.mis-sp.org.br/acervo>; Rio de Janeiro: <http://www.mis.rj.gov.br/acervo/>; Paraná: <http://www.mis.pr.gov.br/>.

É importante ressaltar que tais acervos passaram por transformações ao longo do tempo, tendo se adequando a questões relacionadas à preservação, catalogação e disponibilização dos materiais. Esses são apenas alguns exemplos que se destacam pela disponibilização de seu material online ou ao menos da descrição técnica de seu conteúdo, facilitando o planejamento de consulta presencial. Knauss (s.d.) sublinha a importância desses acervos para pesquisas acadêmicas científicas enquanto ressalta pontos relacionados a preservação e condições de acesso a eles:

Contudo, pouco se sublinha a importância das instituições de patrimônio cultural como parte da infraestrutura de pesquisa. Considerando que toda a produção acadêmica científica está baseada em fontes de conhecimento, é preciso reconhecer que bibliotecas, museus e arquivos são essenciais ao desenvolvimento científico. Como equipamentos sociais são fundamentais para a promoção do acesso de informação em todas as áreas de conhecimento. Especialmente no campo das ciências humanas, as instituições de patrimônio cultural reúnem as fontes fundamentais de suas pesquisas. Não há pesquisa no campo das humanidades que não dependa de valiosos acervos de bens culturais que integram a esfera das instituições de patrimônio cultural. Fundamentalmente para os campos de conhecimento das humanidades todo acervo bibliográfico, museológico e arquivístico de caráter histórico é fonte de toda a construção de conhecimento. Desse modo, a preservação e as condições de acesso ao patrimônio cultural são dimensões que condicionam os horizontes da pesquisa científica. Portanto, a ameaça à integridade dos acervos (seja por roubos ou pela deterioração) e as imposições às condições de acesso (por falta de infraestrutura ou pelas restrições impostas por direitos autorais, por exemplo) podem representar obstáculos à pesquisa e ao desenvolvimento científico. (KNAUSS, s.d. p.2)

Jordana Cunha (2015) apresenta em seu artigo “De fonte a objeto: o jornal impresso como patrimônio histórico-cultural” o caso do Arquivo do Piauí e os diversos documentos contidos em seu acervo, sobretudo periódicos impressos que, segundo a autora, a sua importância fica clara quando “observando esses exemplares é possível perceber as memórias e ações produzidas na e pela sociedade piauiense das diferentes épocas.” (CUNHA, 2015, p. 8). Ainda assim, a autora destaca que o maior problema enfrentado pelo arquivo é o manejo correto para a conservação desses jornais. Em 2013 foi realizado um projeto que promoveu a digitalização de todos os títulos datados do século XIX e que por apresentarem estado físico bem deteriorado passaram pelo processo.

Sobre esse processo de preservação, Cunha faz algumas reflexões que podem ser aplicadas de forma geral, aproximando-as com os exemplos de acervos apresentados anteriormente. Sobre projetos que envolvem digitalização de documentos Cunha (2015) aponta que:

Projetos como esses, ajudam a revelar a importância em se preservar a documentação de uma região. As diferentes memórias, lutas, vivências, economia, política, enfim, aspectos que permeiam a vida da sociedade podem ser percebidos a partir de uma análise crítica desse tipo de documentação. Embora durante muito tempo tenha se questionado a subjetividade e interesses contidos nos impressos jornalísticos, é inegável a sua importância como fonte de conhecimento e, portanto, como patrimônio. Também se faz necessária uma maior participação do Estado e dos órgãos patrimoniais do Piauí nesse quesito, seja incentivando projetos em Universidades que abordem o patrimônio, seja ele próprio desenvolvendo medidas de preservação, conservação e educação patrimonial. (CUNHA, 2015, p.8-9)

Assim como citado, ainda que o conteúdo jornalístico tenha sido questionado pela historiografia durante longo período, é inegável o seu papel como fonte de conhecimento e, portanto, como patrimônio. Segundo Cunha (2015) “[...] conclui-se que mais que fontes estes impressos jornalísticos se tornam patrimônio pois estão alocadas em uma Instituição que lhes reconhece e atribui um valor histórico-cultural e como tal, são passíveis das ações de conservação.” (CUNHA, 2015, p.9)

A importância da imprensa enquanto fonte e seu reconhecimento como patrimônio cultural são reforçados quando apresentamos exemplos de acervos que a preservam e também de trabalhos acadêmicos que a utilizam. Dada a sua importância, reforça-se a necessidade da participação ativa do Estado através de políticas públicas de preservação e conservação. Complementarmente, abordou-se a sua importância também em trabalhos acadêmicos e, nesse sentido, demonstra-se fundamental o incentivo à educação patrimonial e a projetos voltados ao patrimônio nas Universidades.

CONCLUSÃO

A imprensa musical como sendo todo material publicado em jornais e periódicos que aborda questões relacionadas à música, se revelou enquanto fonte primordial de referências à identidade, ação e à memória de personagens ou grupos formadores de uma sociedade artística musical. Por esse motivo, tornou-se possível sua aproximação com o conceito de patrimônio cultural, como sendo os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Considerando a imprensa musical enquanto patrimônio cultural, fez-se necessário algumas reflexões mais aprofundadas sobre o assunto, através de um breve histórico do conceito que, primeiramente definia-se como patrimônio artístico nacional e, posteriormente, foi ampliado para patrimônio cultural. Nesse primeiro momento, voltava-se para os bens culturais tangíveis e patrimônio arquitetônico, negligenciando o patrimônio imaterial que só passou a ser considerado após a reformulação e ampliação do conceito de patrimônio cultural.

Nesse sentido, utilizou-se como eixo a figura de Mário de Andrade, que além de musicólogo teve papel fundamental no desenvolvimento e na reflexão acerca do nosso patrimônio brasileiro. Sua atuação ganhou destaque com o anteprojeto para a criação do futuro SPHAN, onde revelou suas ideias sobre o patrimônio cultural. Ainda que estas não tenham sido aceitas na totalidade, seu pensamento amplo voltado ao patrimônio e as questões que envolvia a sua preservação puderam ser visualizadas através de sua atuação como musicólogo, tendo como exemplo as viagens promovidas por ele para resgatar, registrar e catalogar manifestações culturais pelo Brasil e também através da valorização atribuída por ele à imprensa musical, objeto central dessa pesquisa.

Ressaltou-se também a importância da prática arquivística e dos acervos, principalmente as suas práticas de preservação e disponibilização das fontes para pesquisadores. Nesse ponto, destaca-se que ainda muito deve ser feito para que nosso patrimônio seja preservado, mas em contrapartida, nota-se avanços, ainda que discretos nesse sentido. Os exemplos dos acervos citados demonstram que é possível fazer um trabalho metodologicamente direcionado e dentro dos padrões tecnicamente aceitáveis de preservação. Ao mesmo tempo, tem-se os exemplos dos acervos que já associam a digitalização à tecnologia de informação, contribuindo sobremaneira para o acesso aos materiais de forma

mais fácil, rápida e objetiva. Aqui, cita-se novamente o exemplo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que permite o acesso à diversos periódicos de forma online e com o uso da tecnologia OCR, facilitando a busca por termos específicos dentro desses arquivos.

A importância da imprensa musical foi reforçada nesse trabalho através da constatação de que muitos trabalhos acadêmico-científicos passaram a utilizá-la como fonte. Aproximando da minha experiência acadêmica digo que, particularmente, a Hemeroteca foi indispensável para a realização da minha dissertação de mestrado. A partir de uma pesquisa nos periódicos de alguns nomes de pianistas brasileiros que se apresentaram na Europa, buscando seus nomes e suas atuações no Brasil, eu acessei um contexto de um salão de apresentações musicais no Rio de Janeiro nos anos 1930. Até então não haviam fontes publicadas sobre esse salão, bem como mais informações sobre sua fundação, contexto, público, etc. Essas informações foram acessadas exclusivamente através dos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital, que permitiram-me acessar referências à identidade, ação e à memória de personagens e de grupos formadores dessa sociedade artística musical. (HARTWIG, 2017)

A partir das definições e exemplos apresentados conclui-se a importância da imprensa musical como fonte para a musicologia e que os trabalhos dessa área exigem conhecimentos que vão muito além daqueles especificamente musicais, surgindo a necessidade de se compreender conceitos históricos e, especialmente, patrimoniais.

Apresentado isso, justifica-se esse trabalho pela ideia de ampliar os conhecimentos de patrimônio cultural em trabalhos musicológicos para que, dessa forma, contribua para a conscientização da sociedade sobre a importância do conhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas vertentes. A diversidade de fontes de conhecimento, assim como a diversidade que a própria música nos apresenta através de seus documentos e manifestações devem ser observadas com um olhar mais atento, para que nós, pesquisadores, possamos desenvolver um pensamento como o de Mário de Andrade para o futuro do nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário Raul Moraes de. **Música e Jornalismo: Diário de S. Paulo**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993. 327 p. Pesquisa, estabelecimento de texto, introdução e notas por Paulo Castagna.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977
- BOLLOS, Liliana. **Mário de Andrade e a formação da crítica musical brasileira na imprensa**. Música Hodie, Goiânia, v. 6, n. 2, p.119-132, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br>>. Acesso em: 27 mar. 2015
- CARLINI, Álvaro. **Cante lá que gravam cá: Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938**. Dissertação (Mestrado em História). USP, 1995.
- CASTAGNA, Paulo. **A musicologia enquanto método científico**. Revista do Conservatório de Música da Ufpel, Pelotas, n. 1, p.7-31, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RCM/article/view/2430>>. Acesso em: 13 ago. 2015
- CASTAGNA, Paulo. **Avanços e Perspectivas na Musicologia Histórica Brasileira**. Revista do Conservatório de Música da Ufpel, Pelotas, n. 1, p.32-57, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960**. São Carlos: Edufscar, 2013. 228 p.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara et al. **O Centro de Documentação Musical da UFPel no horizonte da multidisciplinaridade: articulações entre musicologia histórica, gestão patrimonial e memória institucional**. História, São Paulo, v. 27, n. 2, p.111-143, 2008
- CHIMÈNES, Myriam. Musicologia e história. Fronteira ou “terra de ninguém” entre duas disciplinas? **Revista de História**, n. 157, p.15-29, 2007.
- COTTA, A. G., e BLANCO, PS., org. **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: EDUFBA, 2006. 92 p.
- COTTA, André Guerra. **Novas considerações sobre o acesso ao Patrimônio Musical no Brasil**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.466-484, set. 2011.
- CUNHA, Jordana Maria Lopes da. **De fonte a objeto: o jornal impresso como patrimônio histórico-cultural**. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS NORTE E NORDESTE, 5., 2015, Maceió. Anais do V REA e XIV REABANE : direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos. Maceió: Edufal, 2015. v. 1, p. 1 - 11.
- DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia Polignano. **A Institucionalização do Patrimônio Cultural**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Minas Gerais, v. 4, n. 1, p.1-8, mar. 2014.

- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009. 120 p. Tradução Fátima Murad.
- FARIA, Eduardo Prado de. **A imprensa diária como fonte de pesquisa na História**. Pergaminho, Pato de Minas, v. 10-15, n. 4, p.10-15, dez. 2013.
- FUNARI, P.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 216 p.
- HARTWIG, N. L. **A inserção do Salão Essenfelder no cenário musical do Rio de Janeiro (1931-1940): o espaço e seus personagens**. Curitiba, 2017.152f. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Maria. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 2. p. 123-142.jan./dez. 2013.
- KERMAN, J. **Musicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 331 p.
- KNAUSS, Paulo. **Patrimônio cultural e desenvolvimento científico no Brasil**. Jornal Ciência Hoje. Rio de Janeiro, p. 1-3. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/KNAUSS%20-%20Jornal%20Ciencia%20Hoje%20SBPC.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica**. Escritas, Araguaína, v. 1, n. 7, p.3-17, 2015.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.
- MARCILIO, Daniel. **O Historiador e o Jornalista: A História imediata entre o ofício historiográfico e atividade jornalística**. Aedos, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p.42-63, jul. 2013.
- MARTINS, Ana Luiza. **Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2017. p. 281-308.
- MOREL, Marco. **Imprensa periódica no século XIX**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- OSCAR, Luísa Cecília Belotti; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Periódicos e imprensa como fontes para o estudo da educação dos sentidos em Minas Gerais: o tempo livre como possibilidade de formação (entre as décadas finais do século XIX e as décadas iniciais do século XX)**. In: congresso brasileiro de história da educação, 7., 2013, Cuiabá. Anais... . Cuiabá: Cbhe, 2013. p. 1 - 15.
- O QUE é Patrimônio Cultural? Patrimônio Histórico? Patrimônio Ambiental ou Natural? Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/ppgppc/index.php/duvidas-e-dicas/78-patrimonio-historico-cultural-e-ambiental-natural>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PATRIMÔNIO Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PINHEIRO, M. **Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, n. 3, p. 4-14, 1 jan. 2006.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 31, p.19-26, 1990.

SANDRONI, Carlos. **Notas sobre Mário de Andrade e a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938**, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 28, 1999, p.60-73.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. **Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Pucpr, 2009. p. 4554 - 4566. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2. ed. Porto: 2006. 823 p. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2015.

SPINA, Gabriel Luis; SERRATTO, Edgar Bruno Franke. **Patrimônio histórico e cultural: uma revisão bibliográfica**. Educação, Batatais, v. 5, n. 3, p.99-116, 2015.

TONI, Flávia Camargo. **Revistas musicais estrangeiras e compositores modernos na biblioteca de Mário de Andrade**. Remate de Males, Campinas, v. 1-2, n. 33, p.225-244, jan./dez. 2013.

TONI, Flávia. **A Missão de Pesquisas Folclóricas do Departamento de Cultura**. São Paulo, Centro Cultural São Paulo, 1985.

ULHÔA, Martha Tupinambá de; COSTA-LIMA NETO, Luiz. **Jornais como fonte no estudo da música de entretenimento no século XIX**. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 2014, São Paulo. Anais... São Paulo: Anppom, 2014. p. 1 - 8.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método**. 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2018.

VIRMOND, Marcos da Cunha Lopes; RIBEIRO, Lucas D.'Alessandro; TOLÓN, Rosa Maria. **A musicologia e sua relação interdisciplinar com outros saberes**. [s.d.] Disponível em: <http://www.usc.br>.